

O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: REFLEXÕES E DESAFIOS

PORTUGUESE LANGUAGE TEACHING IN YOUTH AND ADULT EDUCATION: REFLECTIONS AND CHALLENGES

Leudilaura Ribeiro SANTOS¹, Denyse Mota SILVA²

¹ Graduando do curso de letras Português/Espanhol pela Universidade Estadual do Tocantins-Unitins, Campos de Araguatins-TO. E-mail: Laurinha.san_tos@hotmail.com

² Doutora em Letras e Literatura pela Universidade Federal do Tocantins – UFT. Mestrado em Letras. Especialista em Metodologia do Ensino Superior e Língua Portuguesa. Graduada em Letras. Professora da Universidade Estadual do Tocantins-Unitins, Campus de Araguatins-TO. Atualmente tem atuado nas áreas de Leitura, Produção textual, Interpretação, Metodologia Científica e Orientação e Projetos de pesquisa em Letramentos. E-mail: denyse.ms@unitins.br

RESUMO: O presente artigo pretende refletir o ensino de língua portuguesa na educação de jovens e adultos, tendo como referência os parâmetros curriculares do ensino de jovens e adultos (PCEJA) e apontando os seus processos metodológicos de ensino. A pesquisa bibliográfica foi adotada como meio de aquisição de informações e metodologia de natureza qualitativa com abordagens descritivas, baseando-se em relevantes estudiosos que debatem sobre a Educação de Jovens e Adultos enquanto modalidade de ensino com muitos desafios a serem superados, principalmente na compreensão do fazer social. Para tanto, o trabalho fundamenta-se nos seguintes autores como Kleiman (2013), Pereira (2012), Rojo (2012), Soares (2009), Oliveira (2009) e nos documentos oficiais o PCEJA (2002), como outros. A Educação de Jovens e Adultos está voltada para aquelas pessoas que não tiveram a oportunidade de frequentar a escola regular no tempo certo, tratando-se de pessoas com muitas vivências no currículo, requerendo do professor muita atenção e preparo para com esse público. Afinal, o presente trabalho apresenta propostas relevantes sobre a temática longe ainda de solucionar os problemas, mas que pode orientar os professores de língua portuguesa nos desafios da sua prática docente, priorizando os pontos mais importantes dos conteúdos a ser trabalhado nas habilidades linguísticas assim como a cidadania desses alunos.

Palavras-chave: Ensino de Língua Portuguesa. Educação de Jovens e Adultos. Prática Pedagógica.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo reflejar la enseñanza del idioma portugués en la educación de adultos, con referencia al plan de estudios de jóvenes y adultos parámetros de educación (PCEJA) y apuntando sus procesos metodológicos de la educación. La investigación bibliográfica fue adoptada como medio de adquisición de informaciones y metodología de naturaleza cualitativa con abordajes descriptivos, basándose en relevantes estudiosos que debaten sobre la Educación de Jóvenes y Adultos como modalidad de enseñanza con muchos desafíos a ser superados, principalmente en la comprensión del aprendizaje hacer social. Para ello, el trabajo se fundamenta en los siguientes autores como Kleiman (2013), Pereira (2012), Rojo (2012), Soares (2009), Oliveira (2009) y en los documentos oficiales el PCEJA (2002), como otros. La Educación de Jóvenes y Adultos está orientada hacia aquellas personas que no tuvieron la oportunidad de asistir a la escuela regular en el tiempo oportuno, tratándose de personas con muchas vivencias en el currículo, requiriendo del profesor mucha atención y preparación para ese público. Este documento presenta las propuestas pertinentes sobre el tema aún está lejos de resolver los problemas, sino que puede guiar a los profesores de lengua portuguesa en los desafíos de las prácticas de enseñanza, dando prioridad a los puntos más importantes de los contenidos que se trabajaron en las habilidades del lenguaje, así como la ciudadanía de los estudiantes.

Palabras clave: Enseñanza de Inglés. Educación de Jóvenes y Adultos. La práctica pedagógica.

1. INTRODUÇÃO

A educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino da Educação Básica voltada para aqueles que não tiveram como concluir seus estudos no ensino regular. No Brasil, essa modalidade possui ainda grandes desafios, principalmente, na compreensão do fazer social relacionada ao uso linguístico como resultado do ser social, histórico, político e cultural, desenvolvendo pesquisas e estudos capazes de minimizar as necessidades desse público e ampliando a prática pedagógica do professor de língua portuguesa nesse contexto.

O artigo apresentado tem como objetivo refletir o ensino de língua portuguesa na

educação de jovens e adultos, apontando os processos metodológicos utilizados para o ensino aprendizagem visando auxiliar a formação crítico-sociais e considerando que se trata de pessoas que possuem um conhecimento amplo de mundo dentro da realidade social de cada um, o professor deve estar preparado para esta troca de informações.

A opção por esse tema partiu da curiosidade de saber como é didaticamente ensinar língua portuguesa para pessoas que são falantes da língua, qual a metodologia utilizada em sala de aula? Será que podemos utilizar os mesmos métodos utilizados na alfabetização de crianças? A partir desses questionamentos partiu a necessidade de estudar mais sobre o assunto,

através de conceitos já pré-estabelecidos por grandes autores.

Vale ressaltar a importância do papel do professor na Educação de Jovens e Adultos, principalmente o de Língua Portuguesa. Refletir sua prática pedagógica é bastante complexo, mas necessária na sua formação inicial que deverá promover habilidades linguísticas assim como o exercício da cidadania desses alunos.

A metodologia utilizada é a pesquisa qualitativa e bibliográfica, a partir de pesquisas realizadas sobre autores que debatem sobre o tema em questão.

Deste modo, a escolha metodológica adotada justifica-se a partir da pesquisa bibliográfica acerca da temática, de cunho qualitativo, respaldada por documentos oficiais da educação como PCNS, e por alguns dos mais renomados autores entre eles: Kleiman (2013), Pereira (2012), Rojo (2012), Soares (2009), Oliveira (2009), que discutem o ensino de língua portuguesa na educação de jovens e adultos.

Esse artigo constitui-se de VI seções. Na primeira será abordado o cenário da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, um pouco da história do surgimento desta modalidade de ensino, na segunda seção falaremos dos letramentos e dos multiletramentos, na terceira será abordado o ensino de Língua Portuguesa na EJA, na quarta seção trataremos da linguagem oral e escrita – leitura e produção de textos, seguido pelos conteúdos do ensino da língua portuguesa e para finalizar falaremos dos temas transversais, como pode ser inserido dentro das aulas de língua portuguesa.

2. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CENÁRIO NO BRASIL

Para dar início ao trabalho, será feito um breve histórico sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Pode-se dizer que surgiu, desde a colonização, com os jesuítas que faziam um trabalho de catequização dos índios e as classes menos favorecidas; no Brasil império esses estudos continuaram com a Lei Saraiva de 1876 que proibia analfabetos de votarem, houve um interesse das classes dominantes em tornar esses analfabetos aptos ao voto.

Com o passar dos anos, notaram que a educação era de fato um dos maiores problemas da sociedade e assim surgiram os movimentos como Escola Nova (1930) que batalhava por uma educação de qualidade, ganhando cada vez mais espaço nos cenários políticos e criando assim programas que pudessem sanar essa necessidade de inclusão. Já em 1942 foi criado o SENAI que possibilitava os adultos estudar e se capacitarem profissionalmente. Esses programas tinham como objetivo a inclusão, dando oportunidades para aqueles que não puderam frequentar a escola na idade certa, sempre no intuito de diminuir o índice de analfabetismo e consequentemente diminuir a desigualdade social.

Com o crescimento econômico do país, houve a necessidade de mão de obra qualificada, por conseguinte aumentando a necessidade de ampliar essa rede de ensino, passando a não ser mais apenas para diminuir o analfabetismo, mas também para capacitar esses indivíduos ao mercado de trabalho, suprimindo assim a demanda da época. Ademais essas iniciativas de capacitação e alfabetização partia dos empresários da época, concomitante com o capitalismo crescente, aumentando também a procura de jovens e adultos por capacitação; o estado brasileiro,

então, se viu obrigado a criar leis específicas, voltadas para o ensino de jovens e adultos que alcançasse todo o país.

Em 1947, houve a primeira iniciativa pública voltada para a educação de jovens e adultos, a Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) coordenada pelo Ministério da Educação e Saúde e por Lourenço Filho, conforme afirma Beisegel, 1974 *apud* Almeida e Corso (2015):

Essa Campanha percebia a educação como processo destinado a proporcionar a cada indivíduo, segundo suas capacidades, os instrumentos indispensáveis ao domínio da cultura de seu tempo, as técnicas que facilitassem o acesso a essa cultura e com os quais cada homem pudesse desenvolver-se e procurar melhor ajustamento social (BEISEGEL³, 1974, *apud* ALMEIDA, CORSO, 2015, p. 1286).

O objetivo da proposta era levar a educação para todos, tanto da zona urbana quanto da zona rural, e por meio deste processo educativo, estimular o desenvolvimento econômico e social. O problema era a qualidade desse ensino, pois se acreditava que ensinar jovens e adultos seria uma tarefa fácil, então não era exigido uma capacitação para os professores, que posteriormente teve que ser melhorado, pois o ensino não estava alinhado aos efeitos esperado pelo ministério da educação. Em 1958, no Segundo Congresso Nacional de

Educação de Adultos, foram debatidos assuntos como: melhoria da qualidade do ensino, capacitação dos professores, adequação da metodologia de ensino e estabelecimento de uma maior comunicação entre educador e educando.

O país passava por muitas mudanças políticas, sociais e econômicas, e esse cenário contribuiu para novas mudanças na educação de adultos. Em 1963 o Ministério da Educação encerrou a campanha nacional de educação de adultos iniciada em 1947, e encarregou Paulo Freire (na época era professor, e fazia parte do movimento que buscava melhorias no processo de alfabetização de jovens e adultos) a desenvolver um programa nacional de alfabetização, que tinha como objetivo a transformação social, mas nem chegou a ser posto em prática, sendo interrompido pelo golpe militar de 1964.

Com isso houve uma paralização na modalidade de ensino, sendo criadas novas ações desenvolvidas pelo militarismo após intervenção da UNESCO e o ensino passa a ser ministrado por técnicos americanos. Assim foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) que para Almeida, Corso (2015, p.1290), esse novo movimento estaria:

[...] Distante de prosseguir o que era realizado anteriormente pelos movimentos de alfabetização, o MOBRAL centralizou as iniciativas, como órgão de concepção e de execução, restringindo o conceito de alfabetização à habilidade de aprender a ler e a escrever (ALMEIDA,

³ BEISEGEL, Celso Rui. Estado e educação popular: um estudo sobre a educação de adultos. São Paulo: Pioneira, 1974.

CORSO, 2015, p. 1290).

O movimento durou 15 anos, no entanto não houve resultados satisfatórios, então houve a necessidade de novas mudanças, sendo então criado o Regime Supletivo regulamentado pela Lei nº 5.692/71. Somente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5.692/1971, e pela primeira vez foi criado um capítulo específico para a Educação de Jovens e Adultos, mas ainda com muitas limitações e fragilidades. Não obstante, em 1985 com o início da nova república muitas outras mudanças relacionadas à Educação de Jovens e Adultos foram tomadas, sempre no intuito de melhorar o programa, tentando abranger mais e mais pessoas.

Dessa forma, podemos perceber que cada fase da história do Brasil foi um marco também para Educação de Jovens e Adultos, pois cada cenário vivido pelo país refletia também na e para essa política de educação. Para Almeida e Corso (2015) a proposta da Educação de Jovens e Adultos requer:

A EJA tem que ser uma modalidade de educação para sujeitos concretos, em contextos concretos, com histórias concretas, com configurações concretas. Sendo que, qualquer tentativa de diluí-los em categorias amplas, os desfigura. (ARROYO⁴, 2007 *apud* ALMEIDA, CORSO, 2015, p. 128).

Contudo não adianta apenas existir as leis que regulamentam esta modalidade de ensino, elas precisam ser posta em prática, o ensino na Educação de Jovens e Adultos é um grande desafio, que com o trabalho concomitante das políticas públicas e empenho dos profissionais de

educação envolvidos, pode ser alcançando com a qualidade necessária e esperada.

3. OS LETRAMENTOS E OS MULTILETRAMENTOS

A alfabetização é um processo fundamental para o desenvolvimento do cidadão e da sociedade em geral, no entanto a realidade brasileira da educação de jovens e adultos precisa superar muitos desafios. Alfabetização e letramento são termos diferentes, mas que estão inter-relacionados, sendo o letramento considerado de fundamental importância para a formação do aluno.

O letramento vai além do processo de aquisição da escrita, está relacionado à capacidade de compreensão e interpretação nos vários meios de comunicação, por exemplo, uma pessoa adulta mesmo não sendo alfabetizada possui capacidades de decifrar vários códigos linguísticos, permitindo a ela comunicação com outras pessoas, o conhecimento de mundo é um tipo de letramento, e dele não depende a alfabetização tradicional.

Para Kleiman e Vóvio (2013, p. 179) “letramento distingue-se de alfabetização, incluindo-a. Para além do mero domínio do sistema de escrita alfabético e do desenvolvimento de capacidades para lidar com a língua escrita do cotidiano”. Neste caso deve ser considerada a capacidade que esse indivíduo possui de contextualizar a leitura e a escrita na vida social, aplicando em seu cotidiano os conhecimentos adquiridos ao longo do processo de alfabetização. Por isso tanto se fala na importância do letramento

⁴ ARROYO, Miguel Gonzalez. Juventude, produção cultural e Educação de Jovens e Adultos. In: Leôncio (org.) Diálogos na educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

na formação do aluno, pois um aluno letrado possui um grau mais elevado de conhecimento sendo capaz não apenas de decodificar a escrita e códigos linguísticos, mas também de correlacionar com fatos da sociedade.

Para Oliveira (2009, p.238) “passar pela escola não garante o desenvolvimento tipicamente escolar, assim como não passar por ela não impede que isso aconteça”. Logo quando tratamos da Educação de Jovens e Adultos, entende-se o quão complexo é falar de letramento, pois se trata de indivíduos que de alguma maneira desenvolveu seu modo de se comunicar, de defender seu ponto de vista e seus direitos, independente da aquisição de leitura e escrita. Assim Vóvio e Kleiman (2013) afirmam:

As pessoas interagem em distintos mundos letrados, instanciados pelos instrumentos culturais de que dispõem, e aos que têm acesso, e mediados por relações interpessoais; suas possibilidades de ação e de tomar parte em práticas culturais, bem como capacidades e repertórios construídos, portanto, variam (VÓVIO, KLEIMAN, 2013, p. 184).

Portanto é imprescindível levar em conta o conhecimento de mundo que esses alunos da Educação de Jovens e Adultos possuem e neste caso em especial a escola entra com o papel não apenas de alfabetizá-los, mas de aprimorar os conhecimentos que já possuem, agregando valores que os farão capazes de assimilar as diversas formas de conhecimento. O desafio é oferecer um ensino que promova além da alfabetização, também o letramento, que Soares

(2009, p.47) define como “condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita”.

Então alfabetização e letramento devem ser praticas inseparáveis, contribuindo assim para a formação do leitor crítico. O professor vai atuar como mediador, levando em consideração os saberes dos alunos e a partir desses saberes possa construir novos conhecimentos. Para Geraldi (1996, p.39), o professor:

O professor deixa de ser o agente exclusivo da informação e formação dos alunos, para ser possibilitador das interações entre eles e também responsável pela intervenção nas suas zonas de desenvolvimento proximal, já que tem mais experiência e a incumbência de desafiar, através do ensino, os processos de aprendizagem e desenvolvimento do aluno (GERALDI, 1996, p.39).

Nessa perspectiva, o professor será como um guia, que irá orientar os alunos a contextualizar suas experiências com os trabalhos desenvolvidos em sala de aula, diante dessa problemática pode-se afirmar que as aulas de língua portuguesa é o cenário ideal para esse trabalho.

Dentro destes contextos, podemos citar os multiletramentos que trabalham com as várias vertentes do mundo globalizado, portanto, até mesmo o letramento não é mais suficiente para preparar esses alunos, sejam eles jovens ou adultos para esse novo estilo de vida, as tecnologias estão cada vez mais presentes, criando novos gêneros.

Estudos recentes apontam a necessidade de esse aluno estar atualizado com as novas

tecnologias digitais, as novas produções de texto, não mais apenas a produção escrita de forma convencional, (lápiz, caneta, papel), mas toda a produção que engloba os textos escritos em mensagens enviados por celulares, e-mails e outros veículos de comunicação existentes, esses novos gêneros, ultrapassando os limites da escrita e abordam várias linguagens. Para Rojo (2012), é necessária uma pedagogia dos multiletramentos:

[...] os textos contemporâneos, que exigem multiletramento. Ou seja, texto compostos de muitas linguagens (ou modos, ou semioses) e que exigem capacidades e práticas de compreensão e produção de cada uma delas (multiletramento) para fazer significar (ROJO, 2012, p. 19).

O desafio é incluí-los no ensino, sendo uma opção metodológica para que a alfabetização e o letramento aconteçam de forma significativa na EJA, de forma que fosse abordado a multimodalidade e a multiculturalidade dos textos da atualidade, dando aos educandos a oportunidade de compreender as várias formas de linguagens e ao mesmo tempo formar na EJA não somente leitores, mas leitores críticos capazes de compor seu próprio discurso. E também Rojo (2012, p.12) destaca que:

[...] os novos letramentos emergentes na sociedade contemporânea, em grande parte – mas não somente – devido às Tecnologias da Informação e da Comunicação, e de levar em conta e incluir nos currículos a grande variedade de culturas já presentes

nas salas de aula de um mundo globalizado e caracterizada pela intolerância na convivência com a diversidade cultural, com a alteridade (ROJO, 2012, p. 12).

Partindo desse pressuposto entendemos que há uma grande necessidade não somente de alfabetizar, mas de letrar e multiletrar de forma que possam suprir as exigências do mercado de trabalho, tornando-se aptos a atender as exigências mínimas do mundo globalizado e assim estarão inseridos de forma digna na sociedade Como afirma Rojo (2012, p. 24), “os multiletramentos são interativos; fraturam e transgridem as relações de poder estabelecidas; são híbridos, fronteiriços, mestiços (de linguagens, modos, mídias e culturas)”.

Trabalhar multiletramentos em sala de aula, ainda é um grande desafio, principalmente na modalidade EJA, muitas vezes tanto a escola como os professores desconhecem a realidade dos alunos e ao implantarem currículos rígidos e metodologias que não convém, acabam atrapalhando o desenvolvimento do ensino aprendizagem. O professor de língua portuguesa para desenvolver bem seu papel na sala de aula da EJA, precisa estar ciente das condições de seus educandos, entender que se trata de indivíduos que possuem uma história de desistências e que chegam à escola sem muitas perspectivas de mudar sua própria realidade. Nesse sentido, Kleiman (2007) enfatiza:

[...] bagagem cultural diversificada dos alunos que, antes de entrarem na escola, já são participantes de atividades corriqueiras de grupos

que, central ou periféricamente, com diferentes graus e modos de participação (mais autônomo, diversificado, prestigiado ou não), já pertencem a uma sociedade tecnologizada e letrada (KLEIMAN, 2007, p. 9).

Portanto, os professores que atuam com a Educação de Jovens e Adultos precisam de uma capacitação a mais para trabalhar com esse público, conhecendo a realidade de todos e assim ter condições de desenvolver um trabalho diferenciado, exigindo dedicação e paciência, e levando sempre em consideração os obstáculos que esses alunos enfrentam para estarem na sala de aula, já que essa modalidade de ensino geralmente é ofertada à noite, após suas obrigações seja com o trabalho ou com a família.

4. O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA EJA

O processo de ensino da língua portuguesa na Educação de Jovens e Adultos traz complexidades talvez maiores que no ensino regular, por se tratar de indivíduos com uma vasta gramática internalizada, o que pode de certa forma dificultar o aprendizado.

Assim, a metodologia para esses alunos deve ser diferenciada de forma que eles possam desenvolver as habilidades necessárias para o aprendizado na escola, conseqüentemente ampliar seus conhecimentos no âmbito social e aumentar sua participação no exercício da cidadania.

A linguagem é um instrumento de grande poder e todos os aprendizados só é possível através

dela. Escrever e falar bem eleva a autoestima e transmite a segurança necessária para que eles possam crescer tanto na vida profissional como pessoal.

Ensinar língua portuguesa na EJA é desenvolver a partir do saber, do contexto social e cultural do aluno, meios de aquisição de novos conhecimentos, é fazê-los contextualizar a realidade das suas vidas com a escola. Conforme prevê o MEC/SEF através dos PCEJA (2002):

Os cursos destinados à Educação de Jovens e Adultos devem oferecer a quem os procura tanto a possibilidade de desenvolver as competências necessárias para a aprendizagem dos conteúdos escolares, quanto a de aumentar sua consciência em relação ao estar no mundo, ampliando a capacidade de participação social no exercício da cidadania (PCEJA, 2002, p. 11).

Portanto o ensino de língua materna não está relacionado apenas a ler e a escrever, mas de formar pessoas capacitadas a produzirem seus próprios discursos, defenderem suas ideias, utilizar essas habilidades no seu cotidiano, a escola tem um papel fundamental na formação do cidadão, e este processo de leitura e escrita é o que fará grandes mudanças na sua vida em sociedade, todas as informações que uma pessoa precisa para comunicar-se com o mundo, envolve conhecimentos acerca da leitura, seja ela, verbal ou não verbal.

O aluno precisa ver que a língua é um instrumento que vai possibilitar a construção de seus textos e seus discursos, onde irá expressar

suas ideias seja de maneira oral ou escrita. De acordo com PCEJA (2002).

Assim, o curso de Língua Portuguesa para alunos da EJA deve, em primeiro lugar, servir para reduzir a distância entre estudante e palavra, procurando anular experiências traumáticas com os processos de aprendizagem da leitura e da produção de textos. Deve ajudá-los a incorporar uma visão diferente da palavra para continuarem motivados a compreender o discurso do outro, interpretar pontos de vista, assimilar e criticar as coisas do mundo. Deve, também, fortalecer a voz dos muitos jovens e adultos que retornam à escola para que possam romper os silenciamentos impostos pelos perversos processos de exclusão do próprio sistema escolar, capacitando-os a produzirem respostas aos textos que escutam e leem, pronunciando-se oralmente ou por escrito (PCEJA, 2002, p. 12).

A escola é o único meio que existe de diminuir a distância entre as classes sociais, possibilitando novos caminhos para a mudança, transformando vidas através do conhecimento. Alunos da EJA muitas vezes voltam à escola por que ao perceberem que sem conhecimento não conseguem mudar suas realidades, são pessoas que possuem um histórico de experiências muitas vezes traumáticas, exatamente por não possuir conhecimento sobre ler e escrever, por isso deve-se trabalhar com esse público de forma que superem essas barreiras e as dificuldades

particulares de cada um.

Não resta dúvida que se trata de um público bem heterogêneo, assim como na educação infantil que nem todos conseguem seguir o mesmo ritmo de aprendizagem, acontece também com esse também, nem todos seguem a mesma linha de aprendizagem, sendo muito importante o professor de língua materna possuir uma didática onde possa suprir as necessidades dos seus alunos, ajudando-os a superar suas dificuldades.

Outra problemática existente nos cursos de EJA é o tempo de duração, para que os alunos possam “recompensar” o tempo perdido, uma série é concluída em um semestre, o que acaba prejudicando o cronograma dos conteúdos, como o tempo de estudo é menor, os conteúdos acabam não sendo os mesmos do ensino regular, e acaba de certa forma prejudicando a qualidade do ensino da EJA.

Segundo Pereira (2012).

Não há como os jovens e os adultos, sem as oportunidades de escolarização no “tempo certo”, serem subordinados ou controlados pelos processos formais de ensino/aprendizagem. Isso não presume, evidentemente, ausência total de planejamento ou falta de critérios e objetivos. Apenas deve-se ter em mente a concepção real de um projeto educacional para a EJA em que as formulações e as aplicações se ajustem aos anseios pessoais e profissionais da clientela a que se dirigem (PEREIRA, 2012, p.3).

Seguindo essa concepção, nota-se a importância da criação de uma proposta curricular específica para a Educação de Jovens e Adultos, com objetivos específicos de atender as reais necessidades desse público. Como se trata de pessoas que possuem um vasto conhecimento de mundo, conhecimentos esses adquiridos através do convívio familiar, amigos, sociedade e até mesmo da televisão, o ensino não pode ser ministrado de maneira tradicional, eles precisam assimilar o que o professor está passando de informações para eles com suas experiências, com o seu dia-dia. Nesse contexto Pereira (2012) nos fala que:

Não faz sentido um percurso único e obrigatório para todos os sujeitos em seus respectivos processos de aprendizagem. É preciso incorporar os elementos que compõem os perfis dos envolvidos aos currículos e às práticas para fins de sua materialização. A organização curricular deve-se preocupar em não separar a pessoa que vive e aprende no mundo daquela que deve apre(nder os conteúdos escolares. Na EJA existe o agravante de que a idade e a vivência social e cultural dos alunos corre o risco de ser ignorada, mantendo-se a lógica infantil e juvenil dos currículos das escolas regulares. Merece cuidado a linguagem utilizada pelos professores, responsável pela possível infantilização de pessoas que, se não puderam frequentar a escola antes, tiveram e continuam tendo uma vida rica em aprendizagens dos

mais diferentes níveis (PEREIRA, 2012, p. 4).

Mas uma vez é enfatizado o conhecimento existente em cada um, através das experiências vividas. Muitas vezes não são valorizados por não possuir o conhecimento que é imposto pela sociedade, que na verdade se trata de um saber teórico, aquele adquirido em um ambiente escolar, deixando de lado o saber prático, que são as experiências adquiridas ao longo dos anos, do mesmo modo que não podemos valorizar apenas conhecimentos adquiridos em uma ambiente formal, também não deve ser levado em consideração somente os saberes que esses alunos trazem consigo, o ideal seria unir as experiências com os conteúdos trabalhados em sala de aula, assim poderiam quebrar suas dificuldades em contextualizar a teoria e a prática.

Um trabalho a ser feito em conjunto entre aluno e professor, que irá sem dúvida levar aos resultados esperados, que é o de levar conhecimentos, além de tornar esses alunos leitores e conhecedores da língua formal materna. O professor de língua portuguesa deve ter considerações por toda diversidade encontrada em sala de aula e precisa conhecer seus alunos, e a partir daí trabalhar as competências necessárias para desenvolver um trabalho onde seus alunos compreendam o uso da gramática, o processo da oralidade e da escrita e da língua e linguagem.

Assim irão saber diferenciar a maneira de falar com a escrita, através do conhecimento da linguagem os alunos irão aumentar sua capacidade discursiva; a língua possui certas regras que diferencia a linguagem formal da linguagem informal, sendo essa informalidade excludente do indivíduo da sociedade, por isso a importância do

saber ler, escrever e falar. O mercado de trabalho cada vez mais concorrido e exigente, e é isso que faz com que jovens e adultos voltem à escola, procurando se adequar aos padrões exigidos, e assim incluir-se nesse meio tão competitivo.

O ensino de língua portuguesa está atrelado a várias formas de conhecimento, o professor não deve se apegar apenas a teorias, precisa fazer com que esses alunos participem ativamente da produção dos seus textos sejam eles oral ou escrito. Por conseguinte, a EJA é uma modalidade de ensino que requer um pouco mais de dedicação por parte dos professores em especial o de língua portuguesa, por se tratar da língua materna desses indivíduos, com reais dificuldades como alguns vícios de linguagem e experiências distintas com a língua.

5. LINGUAGEM ORAL E ESCRITA – LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO

O estudo de língua portuguesa na EJA implica mais que o ensino de gramática, leitura e escrita. Em se tratando da linguagem oral, o aluno da EJA independente do grau de escolaridade ele faz uso da língua em diversas situações, para tanto não podemos afirmar que não possuem conhecimentos em língua portuguesa já que é um falante nativo, utilizando a linguagem oral para comunicar-se em seu grupo social. O professor da EJA jamais poderá tratar seus educandos da EJA como papeis em branco, pois como já foi dito antes, tratam de pessoas com conhecimentos diversos cujo aprendizado deve partir dos conhecimentos que eles possuem. Conforme os documentos legais: PCEJA, (2002):

O estudo da linguagem verbal traz

em sua trama tanto a ampliação da modalidade oral, por meio de processos de escuta e de produção de textos falados, como o desenvolvimento da modalidade escrita, que envolve o processo de leitura e produção de textos escritos. Além dessa dimensão, mais voltada para as práticas sociais do **uso** da linguagem, envolve, também, a **reflexão** acerca de seu funcionamento, isto é, dos recursos estilísticos que mobiliza e dos efeitos de sentido que produz (PCEJA, 2002, p. 11).

Seguindo esta linha de pensamento, pode-se concluir que quanto mais for trabalhada a oralidade desses alunos mais irão desenvolver habilidades na escrita, pois quando um aluno consegue formular argumentos automaticamente será mais rica sua escrita. Os alunos da EJA possuem diversos conhecimentos principalmente se tratando da linguagem, mesmo que eles não utilizem uma linguagem mais rebuscada, todos fazem uso dela e sabe o suficiente para comunicar-se, o professor de língua portuguesa deve instigar esses alunos a produzir textos orais assim irão melhorar seu vocabulário, agregando palavras novas que certamente irão ajudar na produção de textos.

A leitura é um dos recursos mais importantes para gerar conhecimento, deve ser priorizado textos de fácil compreensão, para que eles possam opinar, criticar e até mesmo fazer a reescrita desses textos com suas palavras. Para PCEJA (2002) “O trabalho com a oralidade e a escrita anima a vontade de explicar, criticar e contemplar a realidade, pois as palavras são

instrumentos essenciais para a compreensão e o maravilhamento” (PCEJA, 2002, p. 11).

Os estudantes precisam participar ativamente das aulas de língua portuguesa, os diálogos em sala de aula precisam ser bem trabalhados e através dessa troca de experiência eles irão adquirir mais conhecimentos, cada um participa de uma comunidade com uma linguagem específica com características gramaticais, de sintaxe e de semântica distintas.

Um tema interessante para se trabalhar a oralidade em sala de aula seria um debate, onde o tema fosse algo em que todos tivessem conhecimento, e falariam com naturalidade sobre o assunto, de forma que não se prendessem a formalidade da sala de aula que de certa forma os intimida, por medo de errar, quando o assunto é novo e que não faz parte de seu cotidiano, levar textos sobre o assunto para ser trabalhado a leitura, irá ajudá-los a adquirir mais conhecimentos acerca do tema proposto, aumentando seus argumentos na hora da fala e da produção do texto escrito.

Os alunos também aprendem com o discurso do outro e é muito importante essa troca de informações, é através dela que os educandos podem mostrar seus conhecimentos a cerca de uma temática que estão habituados a falar, o diferencial nessa produção de fala seria o modo como esse discurso será preparado, não apenas com o conhecimento de mundo de cada um, mas com outras informações que o professor deve propor para dar embasamento nesse debate. Nesta proposta de linguagem oral em sala de aula podemos citar o que os PCEJA (2002) propõem sobre o tema:

É importante que se criem situações

nas aulas de Língua Portuguesa para que os alunos possam ampliar seu domínio da modalidade oral da língua em instâncias públicas, isto é, para que possam acompanhar exposições e palestras, atuar em debates, entrevistas e assembleias, gêneros em que os usos da linguagem apresentam registros diferentes daqueles usados em situações cotidianas, ou seja, gêneros fortemente marcados pela escrita. Não se trata de aprender a falar “certo”, como prescreve a gramática normativa, mas de aprender a falar em público, monitorar sua fala em função da reação da plateia, tomar nota de aspectos relevantes em uma exposição ou palestra para compreender o conteúdo tratado etc. (PCEJA, 2002, p. 13).

A oralidade deve ser trabalhada não apenas para melhorar a escrita, mas para dá segurança quanto ao falar em público, formular argumentos para defender um ponto de vista, enfim para expressar-se de maneira clara e objetiva o que exigir conhecimento com a língua. A linguagem oral, a escrita, a leitura e a produção de textos são temas que devem ser trabalhados juntos, um está ligado ao outro, o ato de ler ajuda no processo de escrita, oralidade e produção textual. Ainda a PCEJA (2002) ressalta que:

Todo texto envolve um enigma, e o seu entendimento decorre não apenas da compreensão de seu conteúdo temático, mas também, de maneira decisiva, da identificação de

sua intenção. É nesse ponto que se pode diferenciar aspectos envolvidos no ato de ler e observar a diferença entre ler e interpretar. Ler – *lego*, em latim – significa colher tudo quanto vem escrito. Interpretar é eleger (*ex-legere*: escolher), ou seja, é selecionar os elementos fundamentais para construir o sentido do texto. O leitor que interpreta deve saber cumprir a tarefa de decifrar, compreender, escolher, traduzir, interagindo com o texto. Quando o leitor compreende e interpreta a expressão escrita, se torna um mediador que decifra uma mensagem, faz uma co-enunciação resultante da possibilidade simbólica do **evento** do texto. É fundamental, no dia-a-dia trabalhar conceitos, procedimentos e atitudes que revestem esse processo, para que os alunos possam participar essencialmente, e de forma ativa, da construção da mensagem do texto (PCEJA, 2002, p. 14).

O professor de língua portuguesa deve guiar seus alunos da EJA a entender essas propostas, para que eles possam não apenas ler um texto, mas interpretá-los e compreender. Por isso a importância de trabalhar todos os gêneros textuais, verbais e não verbais, explorando e orientando-os a decifrá-los, participando do processo de interpretação e construção do texto.

Dessa forma deve-se priorizar a leitura na Educação de Jovens e Adultos, pois ela contribui para a elaboração de textos e os coloca em contato com a forma composicional, e a estrutura

dos diferentes gêneros textuais. O aluno precisa conhecer as palavras, e esse conhecimento se dá através da leitura, quanto mais contato esses alunos tiverem com diferentes tipos de textos, mais irão dominar a escrita, ele deve ver as palavras como aliadas na construção de um texto e não como empecilho. O documento do PCEJA prevê (2002):

[...] é comum os alunos afirmarem que são ruins para escrever, que não conseguem entender como usar corretamente os sinais gráficos e a pontuação. Muitas vezes, esse tipo de dificuldade com relação aos processos de aprendizagem da escrita é consequência de malsucedidas experiências anteriores. Por isso, investir na mudança de postura do aluno diante de suas dificuldades, fazendo-o incorporar uma visão diferente da palavra ao associar o trabalho de escrita com suas necessidades mais urgentes, seria uma primeira meta. A mudança de postura pode funcionar como indicador seguro e imediato: se, ao final de cada curso, os alunos continuarem motivados para estudar e escrever suas ideias, usando os textos como ferramentas para buscar respostas às suas dúvidas existenciais, acadêmicas, profissionais, evidentemente o trabalho trilhou um caminho certo (PCEJA, 2002, p. 16).

Assim, é preciso trabalhar as dificuldades dos alunos a fim de saná-las, fazê-los superar as

experiências anteriores malsucedidas, o incentivo à leitura deve ser sempre uma prioridade nas aulas de língua portuguesa, a leitura ajuda a quebrar as barreiras que impede o desenvolvimento da linguagem oral e escrita.

6. CONTEÚDOS DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Outro ponto importante nessa discussão é a questão dos conteúdos previstos para o ensino da Língua Portuguesa. E antes de pensar nos conteúdos propriamente ditos de língua portuguesa direcionada à Educação de Jovens e Adultos, deve ser levar em consideração a heterogeneidade das turmas de EJA, são pessoas com histórias de vida e com propósitos distintos. Muitos ali estão em busca do tempo perdido após anos sem estudar, que de certa forma acaba não tendo o mesmo ritmo de quem está ali apenas porque está atrasado, acelerando a conclusão do ensino fundamental ou médio, mas há ainda os que estão em busca de atualizar-se para o mercado de trabalho mais competitivo, ou seja, cada um com seus propósitos e objetivos.

Essa diversidade deve ser levada em consideração na hora da escolha dos conteúdos a serem trabalhados em sala de aula, respeitando a individualidade daqueles que não possui familiaridade com a linguagem escrita, o trabalho a ser feito deve ser homogêneo de modo que todos participem das atividades propostas.

O professor deve preocupar-se com a construção de valores onde os alunos com menos dificuldade respeite aqueles que não conseguem acompanhar; solidariedade é uma palavra de ordem que não pode faltar em uma turma de EJA em especial, pois precisam de motivação e

incentivo para não desistir. É também da previsão legal, PCEJA (2002)

Os conteúdos devem ser selecionados em nome de um trabalho que vise, principalmente, proporcionar experiências com o uso e a reflexão da linguagem em situações comunicativas. Isso significa que nenhum tipo de conteúdo tem o fim em si mesmo, pois o mais importante é transformá-lo, por meio da ação sobre ele, em um instrumento para o aluno. Para que isso aconteça, é decisivo vincular **o que fazer** ao **como fazer**. Os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais devem ser trabalhados em conjunto, pois essa é uma boa forma de atenuar a distância entre as diferentes experiências escolares em relação às práticas linguísticas de cada aluno. Um procedimento adotado numa abordagem de texto poderá ajudar tanto o aluno com facilidade de ler quanto o aluno com dificuldade. Os usos da língua no falar e escutar, no ler e escrever, bem como as reflexões na prática de análise linguística, devem fundir-se com a ideia de autoconhecimento, de conhecimento do outro e de ampliação da visão de mundo. Não devem, portanto, ser atividades limitadoras que favoreçam apenas alguns – invariavelmente, aqueles mais familiarizados com a linguagem escolar. (PCEJA, 2002, pp. 22-23).

Para tanto deve priorizar conteúdos que vise a troca de experiências entre os alunos e assim diminuir a distância entre as experiências de cada um, fazendo cada um buscar através da reflexão novos conhecimentos. Por conseguinte, o professor de língua portuguesa não deve se limitar ao uso de conteúdos monótonos e normativos como a gramática, mas inseri-los a conteúdos de fácil compreensão, buscando suas próprias respostas e criando situações em que todos exercitem sua oralidade expressando suas opiniões, através da leitura de seus próprios textos, aumentando sua autonomia e a constante busca por novos desafios e conhecimentos.

7. PROPOSTAS COM TEMAS TRANSVERSAIS

Os temas transversais vêm com uma proposta bem interessante para ser trabalhada em sala de aula, principalmente em turmas de EJA, como possuem conhecimentos diversificados esses temas ajudam tanto no trabalho com a oralidade, como no desenvolvimento do senso crítico do cidadão. Geralmente são temas ligados às questões sociais, desenvolvendo o processo de construção da cidadania e democracia. Conforme afirma PCEJA (2002):

O trabalho desenvolvido a partir dos temas transversais (Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo)* demanda participação efetiva e responsável dos cidadãos, tanto na capacidade de análise crítica e reflexão sobre os valores

e concepções veiculados quanto nas possibilidades de participação e de transformação das questões envolvidas (PCEJA, 2002, p. 23).

A proposta com temas transversais abrange várias áreas do conhecimento, os PCNs dos Temas Transversais incluem esta proposta aos conteúdos não apenas de língua portuguesa, mas para as outras disciplinas convencionais, de forma que trabalhe com os alunos a reflexão sobre temas sociais, e dessa forma poder formar cidadãos críticos e participativos nos problemas sociais. Em língua portuguesa esses temas podem ser trabalhados não apenas no processo de desenvolvimento da oralidade, mas também na produção textual, uma vez que esses indivíduos expõem suas ideias e ouvem as opiniões dos colegas, há uma troca de informações, e através dessa troca de informações facilita o processo de produção textual escrito. Assim segue a previsão dos PCNTT (1997):

Por tratarem de questões sociais, os Temas Transversais têm natureza diferente das áreas convencionais. Sua complexidade faz com que nenhuma das áreas, isoladamente, seja suficiente para abordá-los. Ao contrário, a problemática dos Temas Transversais atravessa os diferentes campos do conhecimento. Por exemplo, a questão ambiental não é compreensível apenas a partir das contribuições da Geografia. Necessita de conhecimentos históricos, das Ciências Naturais, da Sociologia, da Demografia, da Economia,

entre outros. Por outro lado, nas várias áreas do currículo escolar existem, implícita ou explicitamente, ensinamentos a respeito dos temas transversais, isto é, todas educam em relação a questões sociais por meio de suas concepções e dos valores que veiculam. No mesmo exemplo, ainda que a programação desenvolvida não se refira diretamente à questão ambiental e a escola não tenha nenhum trabalho nesse sentido, Geografia, História e Ciências Naturais sempre veiculam alguma concepção de ambiente e, nesse sentido, efetivam certa educação ambiental (PCNTT, 1997, p. 29).

Por fim, essa integração de temas sociais aos conteúdos convencionais é chamada de transversalidade, os conteúdos podem ser trabalhados juntos com os conteúdos que fazem partes da grade dos alunos, por exemplo, o professor de ciências está trabalhando com seus alunos sobre os seres vivos, podendo integrar este conteúdo ao tema transversal que fala do meio ambiente; ou o professor de português está tratando das variações linguísticas, podendo também ser integrado à pluralidade cultural, a ética que juntos irão tratar do respeito às diferenças, e assim sucessivamente. Sem dúvidas, as propostas do trabalho na EJA com os temas transversais são necessárias tanto para a construção do saber, assim como para a formação do cidadão.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo propôs refletir sobre

o ensino de língua portuguesa na educação de jovens e adultos (EJA), tendo como referência os parâmetros curriculares nacionais do ensino de jovens e adultos (PCEJA), e autores que discutem sobre o tema.

A partir dessas reflexões e inferências pudemos compreender a importância do professor de língua portuguesa para o desenvolvimento dos seus educandos, cabendo ao professor um bom desenvolvimento da prática pedagógica levando sempre em consideração as diversidades encontradas em sala de aula.

Assim, o ensino de língua portuguesa na EJA precisa se dá de maneira diferenciada, o professor deve buscar metodologias compatíveis com seus alunos, que estão ali não apenas para aprender a ler e a escrever, mas também para uma formação social, onde poderão buscar a superação dos desafios diários que encontram na sociedade. Pudemos perceber que cada indivíduo nesta modalidade de ensino possui suas particularidades, e o professor é uma espécie de mediador do conhecimento, explorando os pontos mais relevantes de sua classe e agregando valores a eles.

Em relação ao trabalho do professor de língua portuguesa, inferimos que não se pode prender apenas ao uso formal da gramática, mas trazer da informalidade de seus alunos o conhecimento necessário para sua formação como cidadão ativo e crítico. E a proposta com os temas transversais amplia possibilidades na prática pedagógica também, abrangendo várias áreas do conhecimento, refletindo sobre temas sociais, e dessa forma, podendo formar cidadãos críticos e participativos nos problemas sociais.

Por conseguinte, na disciplina de língua portuguesa esses temas podem ser trabalhados

não apenas no processo de desenvolvimento da oralidade, mas também na produção textual, uma vez que esses indivíduos expõem suas ideias e ouvem as opiniões dos colegas, há uma troca de informações, e através dessa troca de informações facilita o processo de produção textual escrito.

Por fim, a pretensão deste artigo não é de solucionar os problemas encontrados na sala de

aula da EJA, mas de mostrar através desta pesquisa bibliográfica como pode ser feito um trabalho eficiente, principalmente nas aulas de língua portuguesa; sendo ainda grandes os desafios, mas com chances de grandes transformações, cabendo também ao professor repensar suas práticas pedagógicas para o sucesso do ensino na educação de jovens e adultos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adriana de; CORSO, Ângela Maria. **A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS**. Curitiba: EDUCERE, 2015.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997.146p.1.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Proposta Curricular para a educação de jovens e adultos: segundo segmento do ensino fundamental: 5a a 8a série: introdução / Secretaria de Educação Fundamental, 2002.256 p.: il. : v. 21.**

GERALDI, João Wanderley. Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação. In: **Sobre o ensino de língua materna**. Campinas, SP: Mercado de Letras-ALB, 1996.

HAMZE, Amélia. **A Educação de Jovens e Adultos no cenário das políticas públicas**. 2018. Brasil Escola. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/politica-educacional/a-educacao-de-jovens-e-adultos.htm>. Acesso em 14 de out.2018.

KLEIMAN, A.B. **Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna**. *Revista Signo*, Santa Cruz do Sul, v. 32, n. 53, p. 1-25, dez. 2007.

MORAIS, Maria Eliane Gomes & RODRIGUES, Linduarte Pereira. **Ensino de língua portuguesa na educação de jovens e adultos: uma reflexão necessária**. in: CINTEDI. *Anais do CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO / Práticas Pedagógicas, Direitos Humanos e Interculturalidade*. Paraíba, Campina Grande,

2014. p. 1-07.

OLIVEIRA, Ana Maria Urquiza de. **A oralidade e a tomada de posição do aluno da EJA**. 2017. Disponível em: <https://rbeducacaobasica.com.br/a-oralidade-e-a-tomada-de-posicao-do-aluno-da-eja/>. Acesso em 14 de out.2018.

OLIVEIRA, M.K. **Cultura e psicologia: Questões sobre o desenvolvimento do adulto**. São Paulo: Hucitec, 2009.

PEREIRA, Maria Tereza Gonçalves. **Ler, Refletir e Expressar: Uma proposta de língua portuguesa para a educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro, 2012.

PRADO, Lavínia dos Santos; SANTOS, Débora Cristina dos. **Proposta pedagógica de multiletramento na produção textual de EJA**. Anápolis-GO. II Sepe, 2017.

ROJO, Roxane. **Pedagogia dos multiletramentos: diversidade cultural e de linguagens na escola**. In: ROJO, R.; MOURA, E. *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola, 2012. p. 11-31.

_____, Roxane. **Multiletramento na escola**. São Paulo: Parábola, 2012.

_____, Roxane. Helena Rodrigues & MOURA, Eduardo (Orgs). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

VÓVIO, Cláudia Lemos; KLEIMAN, Angela B. **Letramento e alfabetização de pessoas jovens e adultas: um balanço da produção científica**. Campinas: Cad. Cedes, 2013.